

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 03/15

PROCESSO Nº. 1402/2014

DATA DE REALIZAÇÃO: 02/02/2015
Horário: 09:30 horas (Horário de Brasília)

SITE: WWW.COMPRASNET.GO.GOV.BR

**Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO,
CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.**

Pregão Eletrônico Nº. 03/15 – IQUÉGO Processo nº. 1402/2014	
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA .
TIPO	Menor preço por lote
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”	
Data:	02/02/2015
Horário	9:30 horas (horário de Brasília)
Local:	Site: www.comprasnet.go.gov.br
Informações:	(62) 3235-2900 – Ramal 15 ou 80

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/15

PROCESSO Nº 1402/2014

3

A INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S.A. – IQUEGO, por intermédio de sua Diretora Presidente, torna público para conhecimento dos interessados, **que realizará no dia 02 de fevereiro de 2015, à 09:30 horas**, licitação na modalidade **Pregão (Eletrônico)**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, em sessão pública eletrônica, através do site www.comprasnet.gov.br, destinado à **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA**. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 5.450/2005, Decreto Estadual nº 7.468/2011, Decreto Estadual nº 7.466/2011, Lei Estadual nº 17.928/2012 e demais normas vigentes aplicáveis à matéria.

1 –DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E QUANTITATIVO ABAIXO.

LOTE 1				
ITEM	OBJETO	QTDE	UN	Descrição
01	COLCHETES LATONADO N.6	02	CX	nº 06 caixa com 72 unidades ACC
02	FITA CREPESIL (TRANSPARENTE)	510	Un	Fita adesiva 45 mm x 45 metros
03	PERFURADOR COM 2 FUROS P/FOLHAS	10	UN	Metal c/ margeador, capacidade p/ até 25 folhas.
04	TESOURA MEDIA	8	UN	Aço inox 18 cm
05	PILHA ALCALINA AAA	100	UN	Pilha AAA 1,5 v
06	PILHA PEQUENA	100	UN	Pilha AA 1,5 v
07	REGUA 30 CM	30	UN	Em Plástico cristal de 30 cm
08	FITA Dupla Face	14	UN	Medida 12 mm por 3 mt
09	PRANCHETA ACRILICA	16	UN	Oficio A 4 Acrílica
10	PRANCHETA DE DURATEX	12	UN	Oficio A 4 Duratex

LOTE 2				
ITEM	OBJETO	QTDE	UN	Descrição
01	PAPEL CARBONO DUAS FACES	02	CX	Tamanho A 4 210 x 297 mm Face dupla caixa com 100 folhas
02	PAPEL CARBONO UMA FACE	01	CX	Tamanho A 4 210 x 297 mm Face simples caixa com 100 folhas
03	PINCEL ATOMICO AZUL	60	UN	Marcador Permanente
04	PINCEL ATOMICO VERMELHO	28	UN	Marcador Permanente
05	TINTA P PINCEL ATÔMICO TUBO AZUL (REABASTECEDOR)	16	UN	Tinta permanente à base de álcool 40 ml
06	PAPEL CONTACT	02	Bobina	Bobina c/ 45 cm x 25 metros
07	TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO AZUL	30	UN	40 ml

4

LOTE 3				
ITEM	OBJETO	QTDE	UN	Descrição
01	PASTA C/ ELASTICO	140	UN	Pasta em cartolina de cores variáveis
02	PASTA C/ GRAMPO	150	UN	Pasta em cartolina de cores variáveis
03	PASTA CATÁLOGO	36	UN	Com 50 saco plásticos tam. 245 mm x 335 mm x 20 mm
04	PASTA EM L	250	UN	Plástico transparente
05	PASTA FICHÁRIO PERSONALITÈ	05	UN	Cor branca revestido de cristal ofício (plástico) com 4 argolas lombo 60mm (média) para papel A4.
06	PASTA PLASTICA TRANSPARENTE 35 MM	26	UN	Plástico transparente
07	PASTA SUSPENSA	150	UN	Haste de arame marmodello
08	PASTA TIPO TUBO REF. 1070	100	UN	Tipo tubo ref. 1070 cor Azul
09	SACO PLAST. P/ PASTA CATAL. REF. 12/04 FUR.	2.000	UN	Ref. 12/04 furos

LOTE 4				
ITEM	OBJETO	QTDE	UN	Descrição
01	PAPEL A4 210 X 297 -	111	CX	A4 210 mm x 297 mm resmas c/ 500 folhas cx c/ 10 resmas

2 – DO LOCAL, DATA E HORA

- 2.1** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através do site www.comprasnet.go.gov.br, **no dia 02/02/2015 a partir das 09:30 horas**, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.
- 2.2** As Propostas Comerciais deverão ser encaminhadas, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no período compreendido entre as **09:30 e 10:30 horas** do dia **02 de fevereiro de 2015**.
- 2.3** A fase competitiva (lances) terá início previsto para todos os itens, **às 10:35 horas do dia 02 de fevereiro de 2015**.
- 2.4** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 2.5** Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1 Poderão participar deste Pregão as empresas:

3.1.1 do ramo pertinente ao seu objeto, legalmente constituídos;

3.1.2 que atendam as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

3.1.3 que possuam cadastro obrigatório (certificado de registro cadastral – CRC emitido pelo CADFOR ou certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral). O certificado de registro cadastral deverá estar homologado e válido na data de realização do Pregão. Caso o certificado de registro cadastral apresente “status irregular”, será assegurado à licitante o direito de

apresentar, via fax ou e-mail, a documentação atualizada e regular na própria sessão. O licitante vencedor que se valer de outros cadastros para participar de pregão por meio eletrônico deverá providenciar sua inscrição junto ao CADFOR, como condição obrigatória para a sua contratação;

3.1.4 que, previamente, realizem o credenciamento junto ao ComprasNet.GO.

6

3.2 A Licitante que queira se cadastrar poderá solicitar a relação de documentos por meio do site: www.comprasnet.go.gov.br e endereçar a documentação à Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento - Cadastro de Fornecedores – Avenida República do Líbano, nº 1945, 1º Andar, Setor Oeste, CEP: 74.125-125, Goiânia – Goiás.

3.3 A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação do login e senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da Proposta Comercial em data e horário previstos neste Edital, exclusivamente por meio eletrônico.

3.4 Como requisito para participação neste Pregão Eletrônico, a Licitante com cadastro homologado deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico www.comprasnet.go.gov.br, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.5 É vedada a participação de empresa:

3.5.1 Que se encontre em processo de falência, dissolução, sob concursos de credores ou recuperação judicial ou extrajudicial;

3.5.2 Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

3.5.3 Que esteja suspensa de licitar junto ao CADFOR – da Superintendência de Suprimentos e Logística da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento SEGPLAN;

3.5.4 Que esteja reunida em consórcio, regime de cooperativa, ou grupo de empresas;

3.5.5 Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma Licitante;

3.5.6 Que não estiver devidamente CADASTRADA junto ao CADFOR – Cadastro de Fornecedor da SUPRILOG – Superintendência de Suprimentos e Logística da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento;

3.5.7 Que se encontre declarada suspensa ou inidônea pela Indústria Química do Estado de Goiás S/A ou pelo CADFOR.

3.6 As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a IQUEGO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.7 Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no artigo terceiro da referida Lei.

7

3.8 Conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 7.466 de 18 de outubro de 2011 e na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.9 Para usufruir dos benefícios estabelecidos pelo Decreto Estadual nº 7.466/2011, a Licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido legalmente, deverá declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Eletrônico, se comprometendo a apresentar a documentação comprobatória caso venha a vencer o certame utilizando-se do benefício (certidão emitida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório, nos moldes do art. 10, inc. I do Decreto supracitado).

3.10 O próprio sistema disponibilizará à Licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte quando efetuar o login e entrar no Pregão Eletrônico. A não manifestação de enquadramento quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará na perda do direito de reivindicar posteriormente essa condição, não podendo usufruir dos benefícios concedidos pelo Decreto Estadual nº 7.466/2011.

3.11 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.11.1 Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço registrado para o item.

3.11.2 O critério de desempate, preferência de contratação, aqui disposto somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada.

3.12 A preferência aqui tratada será concedida da seguinte forma:

I - ocorrendo empate, a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto licitado em seu favor;

II – o direito de preferência previsto no inciso I será exercido, sob pena de preclusão, após o encerramento da rodada de lances, devendo ser apresentada nova proposta no prazo máximo de cinco minutos para o item em situação de empate;

III - no caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência previsto no inciso I;

IV - na hipótese da não contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

3.13 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 3.12, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.14 A falsa declaração ou a não apresentação da documentação comprobatória quando solicitada, implicará na abertura de processo administrativo e consequente aplicação das sanções cabíveis.

4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1 O acesso ao credenciamento se dará somente às licitantes com cadastro homologado pelo Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado – CADFOR da Superintendência de Suprimentos e Logística da SEGPLAN ou àquelas que atendam às condições do item 4.1.5 abaixo.

4.1.1 Para cadastramento, renovação cadastral e regularização, o interessado deverá atender a todas as exigências do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado - CADFOR da Superintendência de Suprimentos e Logística da SEGPLAN até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de registro das propostas. A relação de documentos para cadastramento está disponível no site www.comprasnet.go.gov.br.

4.1.2 Não havendo pendências documentais será emitido o CRC - Certificado de Registro Cadastral pelo CADFOR, no prazo de 04 (quatro) dias úteis contados do recebimento da documentação.

4.1.3 A simples inscrição do pré-cadastro no sistema Comprasnet.go, não dará direito à licitante de credenciar-se para participar deste Pregão, em razão do bloqueio inicial da sua senha.

4.1.4 O desbloqueio do login e da senha do fornecedor será realizado após a homologação do cadastro da licitante.

4.1.5 Conforme Instrução Normativa nº 004/2011 – SEGPLAN, em caso do licitante pretender utilizar-se de outros cadastros que atendam a legislação pertinente para participar do pregão eletrônico, efetuará seu credenciamento de forma simplificada junto ao CADFOR, caso em que ficará dispensado de

apresentar toda a documentação abrangida pelo referido cadastro, mediante a apresentação do mesmo ao CADFOR e terá registrado apenas a condição de “credenciado”.

- 4.2 Os interessados que estiverem com o cadastro homologado ou “credenciados” (conforme item 4.1.5), deverão credenciar-se pelo site www.comprasnet.go.gov.br, opção “login do FORNECEDOR”, conforme instruções nele contidas.
- 4.3 O credenciamento dar-se-á de forma eletrônica por meio da atribuição de chave de identificação ou senha individual.
- 4.4 O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências.
- 4.5 O credenciamento do usuário implica sua responsabilidade legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 4.6 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a IQUÉGO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.7 As informações complementares para cadastro e credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones (62) 3201-6629 e 3201-6625, e para operação no sistema Comprasnet.go pelo telefone (62)-3201-6515 e 3201-6516.

5 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 5.1 Concluída a fase de credenciamento, as licitantes registrarão suas propostas. Só será aceita uma proposta por item para cada licitante e, ao término do prazo estipulado para a fase de registro de propostas, o sistema automaticamente bloqueará o envio de novas propostas.
- 5.2 As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site www.comprasnet.go.gov.br na data e hora estabelecidas neste edital, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do sistema de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 5.3 A Proposta Comercial deverá ser formulada e enviada, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, indicando o valor unitário do item e o ônus de comprovação de sua exequibilidade caberá exclusivamente à licitante, caso solicitado pelo pregoeiro.

5.3.1 O sistema comprasnet.go possibilita à licitante a exclusão/alteração da proposta dentro do prazo estipulado no edital para registro de propostas. Ao término desse prazo, definido no item 2.2, não haverá possibilidade de exclusão/alteração das propostas, as quais serão analisadas conforme definido no edital.

5.4 A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.5 O licitante é responsável pelo ônus da perda de negócios resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Pregoeira ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6 As propostas deverão atender rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

5.7 Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos, bem como todos os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento das exigências do Edital e seus anexos.

5.8 Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.

5.9 A licitante detentora da melhor oferta, após a fase de lances, deverá enviar Proposta Comercial, por fax ou e-mail, devendo a mesma conter, obrigatoriamente, ainda:

- a) Nome da Empresa, CNPJ, endereço, fone/fax, nº da conta corrente, Banco, nº da agência, nome do responsável;
- b) Nº do Pregão;
- c) Preço em Real, unitário, total do item e valor global do lote com no máximo duas casas decimais, onde deverá estar inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza, e todos os demais custos diretos e indiretos. O preço apresentado deverá ser aquele resultante da fase de lances e/ou negociação com o Pregoeiro;
- d) Objeto ofertado, consoante exigências editalícias e com a quantidade licitada;
- e) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico. Caso não apresente prazo de validade será este considerado;

f) Data e assinatura do responsável;

6 – DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

11

- 6.1 A partir das 09:30 horas, do dia **02 de fevereiro de 2015**, data e horário previstos neste Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 03/15, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas.
- 6.2 Após a abertura da sessão pública deste Pregão Eletrônico não serão permitidos quaisquer adendos, complementações, acréscimos ou retificações às Propostas de Preços apresentadas.
- 6.3 Após a abertura da sessão pública deste Pregão Eletrônico não caberá desistência da Proposta de Preços apresentada, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 6.4 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, em decisão fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.6 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os Licitantes, permitindo que durante o transcurso da sessão pública eletrônica, haja a divulgação, em tempo real, de todas as mensagens trocadas no chat do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado e apresentado pelas Licitantes, vedada a identificação do fornecedor.
- 6.7 O Pregoeiro sempre poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7 – DOS LANCES

- 7.1 Após a análise e classificação das propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as Licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.2 Os Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, menor preço por lote (por litro) sempre inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, obedecendo, quando o Pregoeiro fixar, ao percentual ou valor mínimo exigido entre os lances.

- 7.2.1 O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pelo mesmo licitante.
- 7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, para a mesma proposta, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.
- 7.4 Caso a Licitante não realize lances, permanecerá o valor inicial de sua proposta eletrônica, que será incluída na classificação final.
- 7.5 Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais Licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 7.6 A fase de lances terá duas etapas: a primeira, com tempo de duração de 15 minutos, após a abertura da fase de lances e será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema às Licitantes. A segunda, transcorrerá com abertura de prazo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.7 Alternativamente ao disposto no item 7.6, após transcorrido o prazo da fase de lances, o pregoeiro poderá adotar a metodologia de encerramento da referida etapa, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema aos Licitantes, após o que transcorrerá o tempo de 1 (um) minuto, prorrogado sempre que houver novo lance, contado mais 1 (um) minuto a partir de cada lance, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.8 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas no edital.
- 7.8.1 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais Licitantes.
- 7.9 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às Licitantes para a recepção dos lances, estes continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.9.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 8.1 O julgamento das propostas será objetivo, tendo seu critério baseado no **menor preço por lote** não se admitindo, sob pena de responsabilidade, reformulação dos critérios de julgamento previstos no ato convocatório.
- 8.2 Considerar-se-á vencedora do certame aquela proposta que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, ofertar o menor preço, após a fase de lances e aplicação dos critérios de desempate, e ainda, for devidamente habilitada após apreciação da documentação.
- 8.2.1 Na análise da Proposta de Preços, fica facultado ao Pregoeiro, se necessário, solicitar parecer técnico para subsidiar sua análise, podendo suspender temporariamente a sessão pública do pregão, informando através chat de comunicação o horário de reabertura dos trabalhos.
- 8.3 Havendo apenas uma proposta de preços, desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu valor compatível com os praticados no mercado, poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando a obter melhor preço.
- 8.4 Encerrada a etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da aceitação do lance de menor valor, a proposta de preços que, em consonância com as especificações contidas no Termo de Referência, tenha apresentado o menor valor, o sistema informará a Licitante detentora da melhor oferta, e esta deverá encaminhar de imediato, nova proposta com valores (unitários e total) readequados ao valor ofertado e registrado como de menor lance, bem como a documentação de habilitação para as exigências não contempladas no CRRC e todos os documentos exigidos neste Edital e seus Anexos. Esta comprovação se dará mediante encaminhamento da documentação via fax: (62) 3235-2915 ou e-mail: licitacao@iquego.com.br.
- 8.4.1 Posteriormente deverá ser encaminhada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de encerramento do Pregão Eletrônico, via correio ou por seu representante, a proposta de preços em original, assinada e atualizada com os valores, unitários e global, informando todas as características do objeto e demais exigências descritas neste Edital e seus Anexos. Deverão ser enviadas, no mesmo prazo, as demais documentações exigidas para habilitação, estas em original ou por cópia autenticada, sendo inclusive, condição indispensável para a contratação.
- 8.4.2 O Pregoeiro verificará a regularidade cadastral da Licitante que apresentou a melhor oferta junto ao CADFOR, e em caso de irregularidade, será assegurado o direito de apresentar a documentação atualizada, ao final da sessão em até 2 (duas) horas, via fax ou pelo e-mail: licitacao@iquego.com.br, devendo a documentação original ou cópia autenticada ser encaminhada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de encerramento do Pregão Eletrônico.

8.4.3. O CRRC, emitido pelo CADFOR, poderá ser impresso pelo Pregoeiro para averiguação da sua conformidade com as exigências do Edital e apresentando “status irregular”, será assegurada a Licitante o direito de apresentar a documentação atualizada e regular na própria sessão.

8.4.4 Para fins de habilitação a verificação, pela Equipe de Apoio do certame, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.5 Constatado, que a Licitante que apresentou proposta de menor preço final atende às exigências editalícias, será ela declarada vencedora.

8.6 Na hipótese da Licitante detentora da melhor oferta desatender às exigências habilitatórias, salvo na situação prevista no item 9.7, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.6.1 Ocorrendo a situação referida no Item anterior, o Pregoeiro poderá negociar com a Licitante para que seja obtido melhor preço.

8.7 Da sessão pública do Pregão Eletrônico, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site www.comprasnet.go.gov.br.

8.8 O resultado final será disponibilizado no site: www.comprasnet.go.gov.br.

8.9 Havendo empate, respeitado o disposto no item 8.3 acima, no caso de todas licitantes desistirem da fase de lances e se negarem a negociar com o Pregoeiro, serão utilizados para fins de desempate os seguintes critérios:

1º) o disposto no § 2º do Art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93;

2º) sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

9 – DOS DOCUMENTOS E HABILITAÇÃO

9.1 A habilitação da Licitante detentora da melhor oferta será verificada ao final da etapa de lances.

9.1.1 A Licitante deverá estar cadastrada no CADFOR – Cadastro de Fornecedor da SUPRILOG – Superintendência de Suprimentos e Logística da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás, com o seu Certificado de Regularidade de Registro Cadastral - CRRC em vigência, compatível com o objeto licitado ou deverá apresentar toda a documentação jurídica e fiscal atualizada e regularizada na própria sessão.

9.2 A Licitante regularmente cadastrada na Superintendência de Suprimentos e Logística da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento-SUPRILOG/SEGPLAN-GO, que apresentar o Certificado de Regularidade de Registro Cadastral - CRRC, devidamente atualizado, fica desobrigada de apresentar os documentos relativos à habilitação jurídica (item 9.3.1), regularidade fiscal (item 9.3.2) e qualificação econômico-financeira (item 9.3.3), desde que os referidos documentos integrantes do Certificado estejam atualizados e em vigência, sendo assegurado o direito de apresentar a documentação que estiver vencida no CRRC, atualizada e regularizada na própria sessão.

9.2.1 No caso de não constar no CRRC apresentado pela Licitante os respectivos índices de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral, a mesma deverá apresentar a documentação especificada na alínea “a”, do item 9.3.3.

9.3 As Licitantes, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, deverão atender obrigatoriamente, quando for o caso, às seguintes exigências:

9.3.1 Habilitação Jurídica

A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação de:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da ata de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

9.3.2 Regularidade Fiscal

A regularidade fiscal será comprovada mediante a apresentação de:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ do Ministério da Fazenda.
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal por meio de Certidão Conjunta emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa à Dívida Ativa da União e aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social -INSS, por meio de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pelo Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, por meio de Certidão Negativa de Débito em Dívida Ativa expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda da Unidade da Federação onde a Licitante tem sua sede.

- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás, por meio de Certidão de Débito Inscrito em Dívida Ativa – Negativa, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda.
- g) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal, por meio de Certidão expedida pela Secretaria de Finanças do Município ou equivalente.
- h) Prova de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, por meio do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011. (A obtenção da certidão, eletrônica e gratuita, encontra-se disponível em todos os portais da Justiça do Trabalho na rede mundial de computadores – Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho, e terá a validade de 180 (cento e oitenta dias), contados da data de sua expedição).
- j) Caso a participação no certame seja da matriz, com possibilidade de que a execução do objeto licitado seja por filial, ou vice-versa, a prova da regularidade fiscal deverá ser de ambas.

9.3.3 Qualificação Econômico – Financeira

A qualificação econômico - financeira será comprovada mediante a apresentação de:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, através de índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

Comprovação da boa situação financeira da empresa por intermédio de no mínimo um dos seguintes índices contábeis:

$$ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) \geq 1$$

$$ILC = (AC) / (PC) \geq 1$$

$$ISG = AT/(PC+ELP) \geq 1$$

Onde:

ILG = índice de liquidez geral

ILC = índice de liquidez corrente

ISG = índice de solvência geral

AT = ativo total

AC = ativo circulante

RLP = realizável a longo prazo

PC = passivo circulante

ELP = exigível a longo prazo

PL = patrimônio líquido

- b) Apresentação da Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante, com indicação do prazo de validade e não havendo somente será aceita com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data de apresentação da proposta. Se a Comarca possuir mais

de um Cartório Distribuidor, deverá ser apresentada Certidão de todos os Cartórios Distribuidores existentes na Comarca.

9.3.4 Qualificação Técnica

Apresentar para fins de qualificação técnica os seguintes documentos:

17

- a) No mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu objeto deste edital satisfatoriamente. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante e o nome do responsável pelo mesmo.

9.4 A Licitante deverá apresentar juntamente com as demais documentações, Declaração de Atendimento ao art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, Anexo III.

9.5 Os documentos exigidos para habilitação não contemplados pelo CRRC, ou seja, aqueles exigidos na alínea “a” do subitem 9.3.4 e no item 9.4 acima e aqueles descritos no Anexo I – Termo de Referência, bem como a Proposta de Preços atualizada após a fase de lances, deverão ser encaminhados pela Licitante detentora da melhor oferta, de imediato, após a solicitação feita pelo Pregoeiro por fax: (62) 3235-2915 ou e-mail: licitacao@iquego.com.br, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada dos documentos, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após a data de encerramento do Pregão Eletrônico.

9.6 Os documentos extraídos via INTERNET poderão ter seus dados conferidos perante o site correspondente.

9.7 Para microempresa e empresa de pequeno porte, em cumprimento a Lei Complementar nº 123/2006, caso haja alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame.

9.7.1 O tratamento favorecido previsto no item 9.7 somente será concedido se as microempresas e empresas de pequeno porte apresentarem no certame toda a documentação fiscal exigida, mesmo que esta contenha alguma restrição.

9.7.2 O motivo da irregularidade fiscal pendente ficará registrado em ata, bem como a indicação do documento necessário para comprovar a regularização.

9.7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, verificado o atendimento das condições de sua habilitação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

9.8 Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo registrado seu preço para o objeto do certame.

18

9.9 As certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias contados da data da emissão do documento.

9.10 Os documentos originais exigidos neste Edital deverão ser enviados em envelope fechado e lacrado contendo os dizeres abaixo descritos no seguinte endereço: IUEGO – AVENIDA ANHANGUERA, Nº. 9.827 – BAIRRO IPIRANGA – GOIANIA-GOIAS – CEP 74.450.010 – A/C Comissão Permanente de Licitação

ENVELOPE Nº 01 – DA PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico nº 03/15 – IUEGO

Processo nº 1402/2014

ENVELOPE Nº 02 – DA HABILITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 03/15 – IUEGO

Processo nº 1402/2014

9.11 Os prazos de envio da documentação deverão ser respeitados, sob pena de enquadramento nas sanções previstas no Artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002.

9.12 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10 – DOS RECURSOS

10.1 Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão do pregoeiro, na forma do art. 21 do Decreto Estadual nº. 7.468/11, com o registro da síntese de suas razões em campo próprio definido pelo sistema, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, a adjudicação, pelo pregoeiro, do objeto da licitação ao licitante vencedor.

- 10.2 À Licitante que manifestar intenção de interpor recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, somente por meio de formulário próprio do Sistema Eletrônico, ficando as demais Licitantes desde logo intimadas para apresentar, somente por meio de formulário próprio do Sistema Eletrônico, contrarrazões em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo da Recorrente.
- 10.2.1 O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade competente para apreciá-los serão realizados pelo pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo. O encaminhamento à autoridade superior se dará apenas se o pregoeiro, justificadamente, não reformar sua decisão. A autoridade competente terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo, devidamente comprovado.
- 10.2.2 Não serão conhecidos os recursos e as contrarrazões interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pelo chat, por fax, correio ou entregues pessoalmente.
- 10.3 O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela Autoridade Competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.4 Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do pregão e a Presidente da IQUÉGO ou a pessoa cuja competência tenha-lhe sido delegada, homologará a licitação.
- 10.5 A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento à(s) Recorrente(s) por meio de comunicação por escrito (via fax ou e-mail) e divulgação nos sites pertinentes.

11 - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

- 11.1 Homologada a licitação, a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias a partir da notificação, assinar o Contrato, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da IQUÉGO, desde que ocorra motivo justificado.
- 11.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no item 11.1, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 11.2.1 O disposto no subitem anterior não se aplica aos licitantes convocados nos termos do Artigo 64, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, que não aceitarem a

contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

11.3 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos no item 11.1, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o Ato Convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no Artigo 81 da Lei 8.666/93.

20

11.4 Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11.5 A Adjudicatária é obrigada a aceitar nas mesmas condições da licitação, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos Artigo 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

11.5.1 Mesmo ocorrendo a situação relatada no item 11.5 acima, a Administração se reserva o direito de usufruir da previsão disposta no artigo 65, §1º da Lei federal nº 8.666/93.

11.6 A IQUERO indicará um gestor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, em conformidade com o Artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/1993.

12 – DAS PENALIDADES

12.1 Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da IQUERO, as seguintes penalidades:

- a) Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou instrumento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração e será descredenciado do CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade sem prejuízo das multas previstas nesse Edital e das demais cominações legais;
- b) A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das penalidades

referidas nesse item, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
 - II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço do não realizado;
 - III– 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- c) Advertência;
 - d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a IQUÉGO;
 - f) As sanções previstas nas alíneas a), c), d) e e) poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea b).

12.2 Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada direito ao contraditório e a ampla defesa. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela IQUÉGO ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

13 – DA INADIMPLÊNCIA

No caso de inadimplência de qualquer das cláusulas do presente Contrato, a Contratada sujeitar-se-á à pena convencional de 10% (dez por cento) que incidirá sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

14 – DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias, após protocolização da Nota Fiscal/Fatura correspondente no setor competente, devidamente atestada;

14.2. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação;

- 14.3. A efetivação do pagamento ficará condicionada à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção de todas as condições habilitatórias exigidas em Edital;
- 14.4. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, através de emissão de Ordem Bancária, e creditado no estabelecimento bancário indicado em sua proposta comercial, devendo para isto estar bem evidenciado o nome do banco, a agência, a localidade e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
- 14.5 A IQUÉGO somente efetuará o pagamento de Notas Fiscais ou duplicatas contra ela emitidas, à proponente vencedora, estando vedada à negociação de tais títulos com terceiros.
- 14.6 – O valor contratado será fixo e irrevogável, ressalvado o disposto na alínea d, do inciso II, art. 65, da Lei 8.666/93.
- 14.7 – A IQUÉGO poderá deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos desta licitação.

15 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1 - O contrato será firmado pelo período de 12 (doze) meses.
- 15.2 - Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação estão assegurados através de recursos próprios provenientes da venda de medicamentos para o Ministério da Saúde e venda paralela de medicamentos.

16 – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 16.1 Qualquer cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório em até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão.
- 16.2 Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 16.3 Acolhida a impugnação do instrumento convocatório a administração procederá à sua retificação e reputação, com devolução dos prazos, nos termos do art. 10 do Decreto Estadual nº 7.468/2011.

17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema, não serão aceitas alegações de desconhecimento.
- 17.2 É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar na proposta.
- 17.3 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 17.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na IQUÉGO.
- 17.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 17.5.1 Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos de processuais, bem como não importe em vantagem a um ou mais Licitantes em detrimento dos demais.
- 17.6 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato ou instrumento equivalente.
- 17.7 A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 17.7.1 A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 17.8 Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a IQUÉGO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.9 É de responsabilidade da Licitante o acompanhamento do processo pelo site: www.comprasnet.go.gov.br até a data da realização da sessão pública.

17.10 Para dirimir as questões relativas ao presente edital, elege-se como foro competente o de Goiânia – Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro.

17.11 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

24

17.12 – Divergências entre as especificações do sistema de compras eletrônica e do termo de referência, considerar as especificações do Termo de referência.

18 – DOS ANEXOS

São partes integrantes deste Edital, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II - Minuta do Contrato

ANEXO III – Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

ANEXO IV – Planilha de Preço Estimado

ANEXO V – Declaração de Enquadramento na Lei Complementar Nº 123/06

Assessoria de Licitação da Indústria Química do Estado de Goiás S.A – Iquego, aos sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quinze.

Luciane Rodrigues Dutra
Assessora de Licitação

ANEXO "I"



25

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por objeto de aquisição de materiais de escritório a serem utilizados na Indústria Química do Estado de Goiás S/A – IQUÉGO, situada a Av. Anhanguera, 9827 – Bairro Ipiranga, no município de Goiânia – Goiás.



2. JUSTIFICATIVA:

O presente processo aquisitivo tem por finalidade a compra de material de escritório, de forma que o quantitativo pedido seja para suprir as necessidades da IQUÉGO pelo período de 12 (doze) meses.

Este pedido se faz necessário para atendermos todos os setores da IQUÉGO em suas diversas atividades cotidianas que envolvem o uso e consumo de materiais para escritórios (diversos), e também como forma de obtermos um meio para melhor controlarmos, estimarmos e racionalizarmos em uma perspectiva próxima (futura) o uso destes materiais. O quantitativo foi calculado tendo como referência uma avaliação dos itens e o histórico de consumo.

3. DO QUANTITATIVO, DA FORMAÇÃO DOS LOTES E DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

ITEM	OBJETO	QTD	UN	Descrição	ENTREGA
01	COLCHETES LATONADO N.6	02	CX	nº 06 caixa com 72 unidades ACC	Única
02	FITA CREPESIL (TRANSPARENTE)	510	Un	Fita adesiva 45 mm x 45 metros	Três vezes de 170 un
03	PERFURADOR COM 2 FUROS P/FOLHAS	10	UN	Metal c/ margeador, capacidade p/ até 25 folhas.	Duas vezes de 5 un
04	TESOURA MEDIA	8	UN	Aço inox 18 cm	Duas vezes de 4 un

IQUÉGO – Indústria Química do Estado de Goiás S/A - Av. Anhanguera, nº 9827 – Bairro Ipiranga
Cx. Postal 15102 – CEP 74450 010 – Goiânia-GO Fone: 62 3235 2900 | Fax: 62 3297 19 10
www.iquego.com.br

1



05	PILHA ALCALINA AAA	100	UN	Pilha AAA 1,5 v	Duas vezes de 50 un
06	PILHA PEQUENA	100	UN	Pilha AA 1,5 v	Duas vezes de 50 un
07	REGUA 30 CM	30	UN	Em Plástico cristal de 30 cm	Duas vezes de 15 un
08	FITA Dupla Face	14	UN	Medida 12 mm por 3 mt	Duas vezes De7 un
09	PRANCHETA ACRILICA	16	UN	Ofício A 4 Acrilica	Duas vezes de 8 un
10	PRANCHETA DE DURATEX	12	UN	Ofício A 4 Duratex	Duas vezes de 6 un

ITEM	OBJETO	QTD	UNID	Descrição	ENTREGA
01	PAPEL CARBONO DUAS FACES	2	CX	Tamanho A 4 210 x 297 mm Face dupla cx/100 folhas	Duas vezes de 1 CX
02	PAPEL CARBONO UMA FACE	1	CX	Tamanho A 4 210 x 297 mm Face simples cx/100 folhas	Única
03	PINCEL ATOMICO AZUL	60	UN	Marcador Permanente	Duas vezes de 30 un
04	PINCEL ATOMICO VERMELHO	28	UN	Marcador Permanente	Duas vezes de 14 un
05	TINTA P PINCEL ATOMICO TUBO AZUL (REABASTECEDOR)	16	UN	Tinta permanente à base de álcool 40 ml	Duas vezes de 8 un
06	PAPEL CONTACT	02	Bobina	Bobina c/ 45 cm x 25 metros	Única
07	TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO AZUL	30	UN	40 ml	Duas vezes de 15 un

ITEM	OBJETO	QTD	UNID	Descrição	ENTREGA
01	PASTA C/ ELASTICO	140	UN	Pasta em cartolina de cores variáveis	Duas vezes de 70 un
02	PASTA C/ GRAMPO	150	UN	Pasta em cartolina de cores variáveis	Duas vezes de 125 un
03	PASTA CATÁLOGO	36	UN	Com 50 saco plásticos tam. 245 mm x 335 mm x 20 mm	Duas vezes de 15 un
04	PASTA EM L	250	UN	Plástico transparente	Duas vezes de 125 un
05	PASTA FICHÁRIO PERSONALITÉ	5	UN	Cor branca revestido de cristal ofício (plástico) com 4 argolas lombo 60mm (média) para papel A4.	Única
06	PASTA PLÁSTICA TRANSPARENTE 35 MM	26	UN	Plástico transparente	Duas vezes de 13 un
07	PASTA SUSPENSÁ	150	UN	Haste de arame marmodello	Duas vezes de 125 un
08	PASTA TIPO TUBO REF. 1070	100	UN	Tipo tubo ref. 1070 cor Azul	Duas vezes de 50 un
09	SACO PLAST. P/ PASTA CATAL. REF. 12/04 FUR.	2.000	UN	Ref. 12/04 furos	Duas vezes de 1.000 un

IQUEGO – Indústria Química do Estado de Goiás S/A - Av. Anhanguera, nº 9827 – Bairro Ipiranga
Cx. Postal 15102 – CEP 74450 010 – Goiânia-GO Fone: 62 3235 2900 | Fax: 62 3297 19 10
www.iquego.com.br

2



ITEM	OBJETO	QTDE	UN	Descrição	ENTREGA
01	PAPEL A4 210 X 297 -	111	CX	A4 210 mm x 297 mm resmas c/ 500 folhas cx c/ 10 resmas	Três vezes de 37 cx

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Para o julgamento das propostas será utilizado o critério de menor preço por lote.



5. PRAZO DE ENTREGA DOS ITENS:

5.1. As entregas serão conforme planilha do item 3 (três) dos lotes 1 ao 4. As entregas únicas e da primeira parcela deverão ser efetuadas de imediato ou até 5 (cinco) dias úteis após a data de emissão da ordem de compra, as demais entregas serão até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação ou data indicada pela CONTRATANTE.

5.2. Os materiais deverão ser entregues no almoxarifado da IQUEGO, na Av. Anhanguera, 9.827 – Bairro Ipiranga – Goiânia – Goiás, com devido agendamento, sendo a empresa fornecedora responsável pelo frete.

5.3. O contrato a ser firmado terá duração de 12 (doze) meses ou até finalizar o quantitativo adquirido.

5.4. A CONTRATANTE poderá alterar a quantidade dos produtos das entregas deste que informe antecipadamente a CONTRATADA.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



6.1. Realizar a entrega do objeto conforme condições estabelecidas no Item 5 deste Termo de Referência.

6.2. A entrega dos materiais será de responsabilidade do FORNECEDOR, bem como toda a logística e encargos com funcionários.

6.3. Apresentar Nota Fiscal dos materiais, constando: especificações, quantidades, preço unitário, preço total, endereço, telefone, fax, Razão Social correto da CONTRATADA e

IQUEGO – Indústria Química do Estado de Goiás S/A - Av. Anhanguera, nº 9827 – Bairro Ipiranga
Cx. Postal 15102 – CEP 74450 010 – Goiânia-GO Fone: 62 3235 2900 | Fax: 62 3297 19 10
www.iquego.com.br

Mace

CONTRATANTE, inscrição estadual, número da Ordem de Compra e nome do responsável pela empresa fornecedora para eventual contato.

6.4. A empresa vencedora ou fabricante compromete-se a substituir ou repor o produto quando:

I - O produto entregue não coincidir com quantidades e qualitativamente com as especificações do Termo de Referência;

II - Houver na entrega embalagens danificadas, amassadas, defeituosas ou inadequadas, que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração, vazamentos ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos, respeitando as embalagens primárias e secundárias;

III - Em cada fardo ou caixa, o total dos itens não coincidir com o registrado externamente na embalagem;

IIII - A CONTRATANTE observar quaisquer distorções dos itens I, II, e III após o recebimento do produto e ateste da nota fiscal.

6.5. A empresa vencedora do certame deverá garantir a qualidade dos serviços e materiais em conformidade com o art. 69 c/c art. 73, II, b, da Lei n.º 8.666/93, e Lei n.º 8.078/90 (Código de defesa do Consumidor) e também deverá substituí-los, sem ônus para a IQUEGO, caso não estejam de acordo com as especificações e padrões de qualidades exigidos.

6.6. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários;

6.7. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia e expressa anuência;

6.8. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

6.9. Enviar documentos com os dados completos da CONTRATADA e CONTRATANTE

6.10. Entregar os produtos com nota fiscal, com data de emissão não superior a dez dias.

6.11. Sanar todas as distorções de informações contidas nas notas fiscais e demais documentos.



**GOVERNO DE
GOIÁS**



7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 7.1. Indicar o GESTOR que acompanhará a entrega e conferência dos mesmos;
- 7.2. Acompanhar a entrega dos materiais;
- 7.3. Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas conforme Item 8 deste Termo;
- 7.4. Comunicar o fornecedor sobre qualquer defeito de fabricação ou material fora das especificações deste Termo de Referência.
- 7.5. Disponibilizar todas as informações e os meios necessários para que ocorra o fiel cumprimento das disposições existentes;
- 7.6. Conferir e atestar as Notas Fiscais referentes à execução do serviço objeto do Termo de Referência;
- 7.7. A Administração rejeitará no todo ou em parte, o fornecimento dos itens em desacordo com os termos deste Termo de Referência.



8. PAGAMENTO:

- 8.1. O pagamento será efetuado em até 30 dias, após, protocolização da Nota Fiscal/Fatura correspondente no setor competente, devidamente atestada e com análise e aceite definitivo de setores da CONTRATANTE.
- 8.2. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), ou demais documentos motivados por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação e do item 8.1.
- 8.3. A efetivação do pagamento ficará condicionada à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção de todas as condições habilitatórias exigidas em Edital;
- 8.4. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, através de emissão de Ordem Bancária, e creditado no estabelecimento bancário indicado em sua proposta comercial, devendo para isto estar bem evidenciado o nome do banco, a agência, a localidade e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá dentro do prazo estabelecido no parágrafo 8.1 deste Termo de Referência, se

IQUEGO – Indústria Química do Estado de Goiás S/A - Av. Anhanguera, nº 9827 – Bairro Ipiranga
Cx. Postal 15102 – CEP 74450 010 – Goiânia-GO Fone: 62 3235 2900 | Fax: 62 3297 19 10
www.iquego.com.br

atendidas às exigências nele estabelecidas.

9. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:

9.1 – O contrato será acompanhado pela Coordenadora de Contratos e fiscalizado pela Gerência de Logística, Supervisão de Logística e Coordenação de Logística.

9.2 – Cabe ao gestor e ao fiscal do contrato fiscalizar, acompanhar e verificar sua perfeita execução, em todas as fases até o recebimento total do objeto, competindo, primordialmente, sob pena de responsabilidade:

9.2.1 – Ao Gestor:

9.2.1.1 – dar imediata ciência a seus superiores dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou rescisão contratual;

9.2.1.2 – fiscalizar a obrigação da CONTRATADA de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e as qualificações exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

9.2.2 – Ao Fiscal:

9.2.2.1 - anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;

9.2.2.2 – transmitir à CONTRATADA instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de entrega;

IQUEGO – Indústria Química do Estado de Goiás S/A - Av. Anhanguera, nº 9827 – Bairro Ipiranga
Cx. Postal 15102 – CEP 74450-010 – Goiânia-GO Fone: 62 3235 2900 | Fax: 62 3297 19 10
www.iquego.com.br



9.2.2.3 – adotar, as providências necessárias para a regular execução do contrato;

9.2.2.4 – promover a verificação do objeto, atestando as notas fiscais/faturas ou outros documentos hábeis e emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

9.2.2.5 – esclarecer prontamente as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;

9.2.2.6 – verificar a qualidade dos materiais e/ou dos serviços entregues, podendo exigir sua substituição ou refazimento, quando não atenderem aos termos do que foi contratado;

9.2.2.7 – observar se as exigências do edital e do contrato foram atendidas em sua integralidade.

9.3 – A fiscalização por parte da IQUEGO não exclui e nem restringe a responsabilidade da CONTRATADA na execução dos serviços.

10. DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS:



10.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar, e contratar com a Administração, e será descredenciado junto ao CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no subitem 10.2, e seus incisos e das demais cominações legais.

10.2. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecida os seguintes limites máximos:

10.2.1. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o Contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

10.2.2. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos itens não entregues;

10.2.3. 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor dos itens não entregues, por cada dia subsequente ao trigésimo.

10.2.4. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.3. As multas serão descontadas, ex-officio, de qualquer crédito da CONTRATADA existente na IQUEGO, em favor desta última. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a CONTRATADA deverá recolhê-las nos prazos que a IQUEGO determinar sob pena de sujeição à cobrança judicial.

Gerência de Logística da Indústria Química do Estado de Goiás S/A – IQUEGO, aos oito dias do mês de dezembro de 2014.

ELABORADO


Márcio Antônio de Oliveira
Supervisor de Logística
IQUEGO

AUTORIZADO


Fernando Fernandes Pinto
Diretor Administrativo
IQUEGO

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S.A. – IQUEGO** E A EMPRESA **XXXXX**, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

33

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado a **INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A – IQUEGO** – Sociedade de Economia Mista, situada na Avenida Anhanguera, 9.827, Bairro Ipiranga, Goiânia – Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 01.541.283/0001-41, Inscrição Estadual nº 10.021.292-1, neste ato representada pelos seus Diretores que este subscrevem, de ora em diante designada **CONTRATANTE** e, de outro lado, **XXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXX**, neste ato representada por seu sócio administrador **XXXXX**, RG nº **XXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXX**, de ora em diante designada **CONTRATADA**, têm justo e combinado o seguinte, mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

1.1 – O presente Contrato vincula-se às determinações da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, à Lei 10.520/2002, à Lei nº 17.928/2012, aos Decretos Estaduais nº 7.466/2011 e nº 7.468/2011, ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº **03/2015**, ao Processo nº **1402/2014** e à proposta de preços apresentada em XX de XXXX de 2015, bem como ao Certificado de Registro Cadastral, proveniente do Cadastro Unificado de Fornecedores – CADFOR sob o código de validação nº XXXXXXXXXXXXXXXX.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 – A **CONTRATADA**, compromete-se a fornecer à **CONTRATANTE** os objetos discriminados abaixo e o especificado no Edital, no Termo de Referência e nas condições da adjudicação realizada, que são partes integrantes deste contrato:

LOTE 01					
ITEM	OBJETO	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	
01	COLCHONETES LATONADO N.6	02	CX	Nº 06 caixa com 72 unidades ACC	
02	FITA CREPESIL (TRANSPARENTE)	510	UN	Fita adesiva 45mm x 45 metros	
03	PERFURADOR COM 2 FUROS P/ FOLHAS	10	UN	Metal com margeador, capacidade para até 25 folhas	

04	TESOURA MÉDIA	8	UN	Aço inox 18 cm
05	PILHA ALCALINA AAA	100	UN	Pilha AAA 1,5 v
06	PILHA PEQUENA	100	UN	Pilha AA 1,5 v
07	RÉGUA 30 CM	30	UN	Em plástico cristal de 30 cm
08	FITA dupla face	14	UN	Medida 12 mm por 3 m
09	PRANCHETA ACRÍLICA	16	UN	Ofício A4 Acrílica
10	PRANCHETA DE DURATEX	12	UN	Ofício A4 Duratex

LOTE 02				
ITEM	OBJETO	QTD	UNID	DESCRIÇÃO
01	PAPEL CARBONO DUAS FACES	02	CX	Tamanho A4 210 x 297 mm Face dupla cx/100 folhas
02	PAPEL CARBONO UMA FACE	01	CX	Tamanho A4 210 x 297 mm Face simples cx/100 folhas
03	PINCEL ATÔMICO AZUL	60	UN	Marcador permanente
04	PINCEL ATÔMICO VERMELHO	28	UN	Marcador permanente
05	TINTA PARA PINCEL ATÔMICO TUBO AZUL (REABASTECEDOR)	16	UN	Tinta permanente à base de álcool 40 ml
06	PAPEL CONTACT	02	Bobina	Bobina com 45 cm x 25 metros
07	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO AZUL	30	UN	40 ml

LOTE 03				
ITEM	OBJETO	QTD	UNID	DESCRIÇÃO
01	PASTA C/ELÁSTICO	140	UN	Pasta em cartolina de cores variáveis
02	PASTA C/ GRAMPO	150	UN	Pasta em cartolina de cores variáveis
03	PASTA CATÁLOGO	36	UN	Com 50 plásticos tam. 245mm x 335mm x20mm
04	PASTA EM L	250	UN	Plástico transparente
05	PASTA FICHÁRIO PERSONALITÉ	5	UN	Cor branca revestido de cristal ofício (plástico) com 4 argolas lombo 60mm (média) para papel A4
06	PASTA PLÁSTICA TRANSPARENTE 35 MM	26	UN	Plástico transparente
07	PASTA SUSPENSA	150	UN	Haste de arame marmodello
08	PASTA TIPO TUBO REF.1070	100	UN	Tipo tubo ref. 1070 cor Azul
09	SACO PLÁSTICO P/PASTA CATAL. REF.12/04 FUR	2.000	UN	Ref. 12/04 furos

LOTE 04				
ITEM	OBJETO	QTD	UNID	DESCRIÇÃO
01	PAPEL A4 210 X 297	111	CX	A4 210mm x 297mm resmas c/500 folhas cx / 10 resmas

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

35

3.1 – A CONTRATADA fornecerá os objetos inclusas todas as despesas com transportes, carga e descarga, seguros, embalagens, impostos e encargos de toda natureza pelos preços unitários abaixo discriminados, totalizando **R\$ XXXX (XXXXX)**:

LOTE 01				
ITEM	OBJETO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	COLCHETES LATONADO N.6	2 CX	XX	XX
02	FITA CREPESIL (TRANSPARENTE)	510 UN	XX	XX
03	PERFURADOR COM 2 FUROS P/FOLHAS	10 UN	XX	XX
04	TESOURA MÉDIA	8 UN	XX	XX
05	PILHA ALCALINA AAA	100 UN	XX	XX
06	PILHA PEQUENA	100 UN	XX	XX
07	RÉGUA 30 CM	30 UN	XX	XX
08	FITA Dupla Face	14 UN	XX	XX
09	PRANCHETA ACRÍLICA	16 UN	XX	XX
10	PRANCHETA DE DURATEX	12 UN	XX	XX
TOTAL DO LOTE				

LOTE 02				
ITEM	OBJETO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	PAPEL CARBONO DUAS FACES	2 CX	XX	XX
02	PAPEL CARBONO UMA FACE	1 CX	XX	XX
03	PINCEL ATÔMICO AZUL	60 UN	XX	XX
04	PINCEL ATÔMICO VERMELHO	28 UN	XX	XX
05	TINTA P PINCEL ATÔMICO TUBO AZUL (REABASTECEDOR)	16 UN	XX	XX
06	PAPEL CONTACT – Bobina	2 UN	XX	XX
07	TINTA P/ALMOFADA DE CARIMBO AZUL	30 UN	XX	XX
TOTAL DO LOTE				

LOTE 03				
ITEM	OBJETO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	PASTA C/ELÁSTICO	2 CX	XX	XX

02	PASTA C/GRAMPO	510 UN	XX	XX
03	PASTA CATÁLOGO	10 UN	XX	XX
04	PASTA EM L	8 UN	XX	XX
05	PASTA FICHÁRIO PERSONALITÉ	100 UN	XX	XX
06	PASTA PLÁSTICA TRANSPARENTE 35MM	100 UN	XX	XX
07	PASTA SUSPENSA	30 UN	XX	XX
08	PASTA TIPO TUBO REF. 1070	14 UN	XX	XX
09	SACO PLAST.P/ÁSTA CATAL. REF.12/04 FUR	16 UN	XX	XX
TOTAL DO LOTE				

LOTE 04				
ITEM	OBJETO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	PAPEL A4 210 X 297	111 CX	XX	XX
TOTAL DO LOTE				
TOTAL GLOBAL				

CLÁUSULA QUARTA – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

LOTE 01					
ITEM	OBJETO	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	ENTREGA
01	COLCHONETES LATONADO N.6	02	CX	Nº 06 caixa com 72 unidades ACC	Única
02	FITA CREPESIL (TRANSPARENTE)	510	UN	Fita adesiva 45mm x 45 metros	Três vezes de 170 un
03	PERFURADOR COM 2 FUROS P/ FOLHAS	10	UN	Metal com margeador, capacidade para até 25 folhas	Duas vezes de 5 un
04	TESOURA MÉDIA	8	UN	Aço inox 18 cm	Duas vezes de 4 un
05	PILHA ALCALINA AAA	100	UN	Pilha AAA 1,5 v	Duas vezes de 50 un
06	PILHA PEQUENA	100	UN	Pilha AA 1,5 v	Duas vezes de 50 un
07	RÉGUA 30 CM	30	UN	Em plástico cristal de 30 cm	Duas vezes de 15 un
08	FITA dupla face	14	UN	Medida 12 mm por 3 m	Duas vezes de 7 un
09	PRANCHETA ACRÍLICA	16	UN	Ofício A4 Acrílica	Duas vezes de 8 un
10	PRANCHETA DE DURATEX	12	UN	Ofício A4 Duratex	Duas vezes de 6 un

LOTE 02					
ITEM	OBJETO	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	ENTREGA
01	PAPEL CARBONO DUAS FACES	02	CX	Tamanho A4 210 x 297 mm	Duas vezes de 1 caixa

					Face dupla cx/100 folhas	
02	PAPEL CARBONO UMA FACE	01	CX	Tamanho A4 210 x 297 mm	Face simples cx/100 folhas	Única
03	PINCEL ATÔMICO AZUL	60	UN	Marcador permanente		Duas vezes de 30 un
04	PINCEL ATÔMICO VERMELHO	28	UN	Marcador permanente		Duas vezes de 14 un
05	TINTA PARA PINCEL ATÔMICO TUBO AZUL (REABASTECEDOR)	16	UN	Tinta permanente à base de álcool 40 ml		Duas vezes de 8 un
06	PAPEL CONTACT	02	Bobina	Bobina com 45 cm x 25 metros		Única
07	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO AZUL	30	UN	40 ml		Duas vezes de 15 un

LOTE 03					
ITEM	OBJETO	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	ENTREGA
01	PASTA C/ELÁSTICO	140	UN	Pasta em cartolina de cores variáveis	Duas vezes de 70 un
02	PASTA C/ GRAMPO	150	UN	Pasta em cartolina de cores variáveis	Duas vezes de 125 un
03	PASTA CATÁLOGO	36	UN	Com 50 plásticos tam. 245mm x 335mm x20mm	Duas vezes de 15 un
04	PASTA EM L	250	UN	Plástico transparente	Duas vezes de 125 un
05	PASTA FICHÁRIO PERSONALITÉ	5	UN	Cor branca revestido de cristal ofício (plástico) com 4 argolas lombo 60mm (média) para papel A4	Única
06	PASTA PLÁSTICA TRANSPARENTE 35 MM	26	UN	Plástico transparente	Duas vezes de 13 un
07	PASTA SUSPENSA	150	UN	Haste de arame marmodello	Duas vezes de 125 un
08	PASTA TIPO TUBO REF.1070	100	UN	Tipo tubo ref. 1070 cor Azul	Duas vezes de 50 un
09	SACO PLÁSTICO P/PASTA CATAL. REF.12/04 FUR	2.000	UN	Ref. 12/04 furos	Duas vezes de 1.000 un

LOTE 04					
ITEM	OBJETO	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	ENTREGA
01	PAPEL A4 210 X 297	111	CX	A4 210mm x 297mm resmas c/500 folhas cx c/ 10 resmas	Três vezes de 37 cx

4.1 – As entregas únicas e da primeira parcela deverão ser efetuadas de imediato ou em até 5 (cinco) dias úteis após a data de emissão da ordem de compra, as demais entregas serão em até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação ou data indicada pela CONTRATANTE.

4.2 – A CONTRATANTE poderá alterar a quantidade dos produtos das entregas, desde que informe antecipadamente à CONTRATADA.

38

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 – O material deverá ser entregue no Almoxarifado da IQUEGO, com o devido agendamento, ficando a empresa fornecedora responsável pelo frete.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

6.1 – entregar o objeto contratado em perfeitas condições de serem utilizados nas dependências da Indústria Química do Estado de Goiás – IQUEGO, situada na Av. Anhanguera, nº 9.827 – Bairro Ipiranga – Goiânia – Goiás;

6.2 – responsabilizar-se, exclusivamente, por todos os encargos decorrentes da execução do objeto;

6.3 – responsabilizar-se pela entrega dos materiais, bem como por toda a logística e encargos com os funcionários;

6.4 – fornecer, durante a vigência do contrato, o objeto contratado com as mesmas características das especificações exigidas no Termo de Referência e qualidade dentro dos padrões mínimos exigidos pela legislação vigente;

6.5 – apresentar nota fiscal dos materiais contendo especificações, quantidade, preço unitário, preço total, endereço, telefone, fax., razão social da CONTRATADA e da CONTRATANTE, inscrição estadual, número da ordem de compra e nome do responsável pela empresa fornecedora para eventual contato.

6.6 – substituir ou repor o produto quando:

6.6.1 – o produto entregue não coincidir com quantitativa e qualitativamente com as especificações do Termo de Referência;

6.6.2 – houver, na entrega, embalagens danificadas, amassadas, defeituosas ou inadequadas, que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração, vazamentos ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos, respeitando as embalagens primárias e secundárias;

6.6.4 – o total dos itens não coincidir com o registrado externamente na embalagem, em cada fardo ou em cada caixa;

6.6.5 – for constatada quaisquer das distorções acima descritas, após o recebimento do produto e ateste da nota fiscal.

6.7 – garantir a qualidade dos serviços e materiais em conformidade com o art. 69 c/c art. 73, II, b, da Lei n.8.666/93 e Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

39

6.8 – enviar documentos com os dados completos da CONTRATANTE e da CONTRATADA;

6.9 – entregar os produtos com nota fiscal, com data de emissão não superior a 10 (dez) dias;

6.10 – sanar todas as distorções de informações contidas nas notas fiscais e demais documentos;

6.11 – responder a todas as consultas feitas pela CONTRATANTE relativamente ao objeto;

6.12 – providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE, referentes à forma de fornecimento do objeto contratado e ao cumprimento das demais obrigações assumidas;

6.13 – comunicar, por escrito e imediatamente, ao gestor do contrato, qualquer motivo que impossibilite o fornecimento do objeto nas condições pactuadas;

6.14 – arcar com todos os custos de transportes e fretes necessários;

6.15 – manter as obrigações e responsabilidades previstas pela Lei 8.666/1993, pelo Código de Defesa do Consumidor e demais legislações pertinentes;

6.16 – A CONTRATADA ficará sujeita, nos casos omissos, às normas da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

7.1 – notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre irregularidades observadas no fornecimento do material, fixando prazo para sua correção;

7.2 – notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;

7.3 – definir local de entrega do objeto, observado o item 6.1.;

7.4 – disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto;

7.5 – efetuar os pagamentos, mediante o cumprimento de todas as exigências, condições e preços pactuados;

7.6 – emitir Ordem de Compra e encaminhá-la à CONTRATADA, devidamente assinada;

7.7 – dar conhecimento ao titular de qualquer fato que possa afetar a entrega do objeto;

7.8 – acompanhar a entrega dos materiais;

7.9 – conferir e atestar as notas fiscais referentes à execução do contrato;

7.10 – comunicar a CONTRATADA sobre qualquer defeito de fabricação ou material fora das especificações do Termo de Referência;

7.11 – rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento dos itens em desacordo com os Termos de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – Os recursos para o custeio das despesas oriundas deste CONTRATO estão assegurados pela venda de medicamentos para o Ministério da Saúde e venda paralela de medicamentos;

8.2 - O pagamento será efetuado integralmente no prazo de até 30 (trinta) dias contados da protocolização da nota fiscal/fatura no setor competente, devidamente atestada e com análise e aceite definitivo dos setores competentes da CONTRATANTE;

8.3 - Na ocorrência de rejeição da nota fiscal ou demais documentos, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

8.4 – A CONTRATANTE somente efetuará o pagamento de notas fiscais ou duplicatas, contra ela emitidas, à CONTRATADA, estado vedada a negociação de tais títulos com terceiros.

8.5 - A efetivação do pagamento ficará condicionada à comprovação, por parte da CONTRATADA, da manutenção de todas as condições habilitatórias exigidas em Edital.

8.6 - O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, através de emissão de Ordem Bancária e creditado no estabelecimento bancário indicado em sua proposta comercial.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1 – É vedada a cessão total ou parcial do objeto contratado, ressalvado a hipótese de expresso consentimento da CONTRATANTE, nos termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1 – O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses ou até finalizar o quantitativo adquirido.

41

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1 – O presente contrato será acompanhado pela Coordenadora de Contratos e fiscalizado pela Gerência de Logística, Supervisão de Logística e coordenação de Logística.

11.2 – Cabem ao gestor e ao fiscal do contrato fiscalizar, acompanhar e verificar sua perfeita execução, em todas as fases até o recebimento total do objeto, competindo, primordialmente, sob pena de responsabilidade:

11.2.1 – Ao Gestor:

11.2.1.1 – dar imediata ciência a seus superiores dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou rescisão contratual;

11.2.1.2 – fiscalizar a obrigação da CONTRATADA de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e as qualificações exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

11.2.2 – Ao Fiscal:

11.2.2.1 - anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;

11.2.2.2 – transmitir à CONTRATADA instruções e comunicar alterações de prazos e cronogramas de entrega;

11.2.2.3 – adotar, as providências necessárias para a regular execução do contrato;

11.2.2.4 – promover a verificação do objeto, atestando as notas fiscais/faturas ou outros documentos hábeis e emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

11.2.2.5 – esclarecer prontamente as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;

11.2.2.6 – verificar a qualidade dos materiais e/ou dos serviços entregues, podendo exigir sua substituição ou refazimento, quando não atenderem aos termos do que foi contratado;

11.2.2.7 – observar se as exigências do edital e do contrato foram atendidas em sua integralidade.

11.3 – A fiscalização por parte da IQUEGO não exclui e nem restringe a responsabilidade da CONTRATADA na execução dos serviços e/ou entrega de objetos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - A CONTRATADA, garantido o direito prévio à ampla defesa, ficará sujeita às sanções previstas na Lei nº 8.666/1993, na Lei Estadual nº 17.928/2012 e no Decreto Estadual nº 7.468/2011, se na contratação deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para contratação, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comporta-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficando impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, sem prejuízo das multas previstas no subitem 12.2 e seus incisos, sem prejuízo das demais cominações legais.

12.2 – A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo;

12.3 – As multas serão descontadas, *ex-officio*, de qualquer crédito da CONTRADA existente na IQUEGO, em favor desta última. Na existência de créditos que respondam pelas multas, a CONTRATADA deverá recolhê-las no prazo de 10 (dez) dias sob pena de sujeição à cobrança judicial;

12.4 – No caso de descumprimento ou negligência no cumprimento do contrato, a IQUEGO poderá rescindir o contrato, ficando a licitante impedida de participar de licitações realizadas pela mesma, por um período de até 5 (cinco) anos;

12.5 – As sanções previstas nos itens 12.1, 12.3 e 12.4 poderão ser aplicadas concomitantemente com o item 12.2 e seus incisos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO

13.1 – A CONTRATANTE poderá rescindir o presente contrato por Ato Administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII, da Lei nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

43

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

14.1 – As partes elegem o foro da Comarca de Goiânia, capital do Estado de Goiás, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02(duas) testemunhas.

Goiânia XX de XXXX de 2015.

CONTRATANTE: INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A – IQUEGO

Andréa Aurora Guedes Vecci
Diretora Presidente

Fernando Fernandes Pinto
Diretor Administrativo e Financeiro

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
(Carimbo e Assinatura)

TESTEMUNHAS:

Nome _____
Ass. _____
RG nº _____
CPF: _____

TESTEMUNHAS:

Nome _____
Ass. _____
RG nº _____
CPF: _____

ANEXO III

Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

44

DECLARAÇÃO

A Licitante (nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF n.º (número do CNPJ), com sede no(a) (endereço), (cidade), (CEP), por seu representante legal, e para fins do Edital de Pregão Eletrônico n.º 03/15,

DECLARA EXPRESSAMENTE para os devidos fins e sob as penas da lei, que não possui em seu quadro, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República de 1988.

(local de data)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE:
IDENTIDADE:

OBS.: A declaração deverá ser entregue em papel timbrado da empresa licitante

**ANEXO IV
PREGÃO Nº. 03/15**

PLANILHA DE PREÇO ESTIMADO

45

ANEXO I
LOTE 1




ITEM	OBJETO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	COLCHETES LATONADO N.6	2 CX	R\$ 4,28	R\$ 8,56
2	FITA CREPESIL (TRANSPARENTE)	510 Un	R\$ 4,55	R\$ 2.320,50
3	PERFURADOR COM 2 FUROS P/FOLHAS	10 UN	R\$ 20,95	R\$ 209,50
4	TESOURA MEDIA	8 UN	R\$ 7,10	R\$ 56,80
5	PILHA ALCALINA AAA	100 UN	R\$ 2,55	R\$ 255,00
6	PILHA PEQUENA	100 UN	R\$ 2,55	R\$ 255,00
7	REGUA 30 CM	30 UN	R\$ 1,15	R\$ 34,50
8	FITA Dupla Face	14 UN	R\$ 5,90	R\$ 82,60
9	PRANCHETA ACRILICA	16 UN	R\$ 12,90	R\$ 206,40
10	PRANCHETA DE DURATEX	12 UN	R\$ 4,00	R\$ 48,00
Total do lote:				R\$ 3.476,86

LOTE 2

ITEM	OBJETO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	PAPEL CARBONO DUAS FACES	2 CX	R\$ 27,95	R\$ 55,90
2	PAPEL CARBONO UMA FACE	1 CX	R\$ 21,45	R\$ 21,45
3	PINCEL ATOMICO AZUL	60 UN	R\$ 3,30	R\$ 198,00
4	PINCEL ATOMICO VERMELHO	28 UN	R\$ 3,30	R\$ 92,40
5	TINTA P PINCEL ATÔMICO TUBO AZUL (REABASTECEDOR)	16 UN	R\$ 5,40	R\$ 86,40
6	PAPEL CONTACT - Bobina	2 UN	R\$ 104,95	R\$ 209,90
7	TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO AZUL	30 UN	R\$ 4,65	R\$ 139,50
Total do lote:				R\$ 803,55

LOTE 3

ITEM	OBJETO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	PASTA C/ ELASTICO	140 UN	R\$ 2,15	R\$ 301,00
2	PASTA C/ GRAMPO	150 UN	R\$ 1,58	R\$ 237,00
3	PASTA CATÁLOGO	36 UN	R\$ 11,30	R\$ 406,80
4	PASTA EM L	250 UN	R\$ 0,80	R\$ 200,00
5	PASTA FICHÁRIO PERSONALITÊ	5 UN	R\$ 20,45	R\$ 102,25
6	PASTA PLÁSTICA TRANSPARENTE 35 MM	26 UN	R\$ 3,43	R\$ 89,18
7	PASTA SUSPensa	150 UN	R\$ 3,05	R\$ 457,50
8	PASTA TIPO TUBO REF. 1070	100 UN	R\$ 27,95	R\$ 2.795,00
9	SACO PLAST. P/ PASTA CATAL. REF. 12/04 FUR.	2.000 UN	R\$ 0,24	R\$ 480,00
Total do lote:				R\$ 5.068,73

LOTE 4

ITEM	OBJETO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	PAPEL A4 210 X 297 -	111 CX	R\$ 141,37	R\$ 15.692,07
Total do lote:				R\$ 15.692,07

Total global: R\$ 25.041,21



OK

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA
LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06
(deverá ser entregue, após a fase de lances, junto com a proposta comercial)**

46

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/15
Processo nº 1402/2014**

A (nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data.

Representante legal

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.